

JOVENS RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS PARA A MODERNIDADE

*José Carlos Alves Pereira**

RESUMO: O debate contemporâneo sobre agricultura familiar no Brasil revela que muitos agricultores reelaboram e criam estratégias de produção e reprodução social alternativas ao modelo produtivista. Uma estratégia é a pluriatividade. Ademais, emergem problemáticas como a dos jovens rurais com poucas perspectivas de permanecer habitando e trabalhando no campo em contextos sociais adversos à agricultura familiar. A partir dessa conjuntura, investiga-se as possibilidades dessa agricultura na perspectiva de jovens rurais em contextos de pluriatividade e modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; pluriatividade; jovens rurais; modernidade.

1 - INTRODUÇÃO

Nesse ensaio, meu objetivo é procurar refletir sobre o lugar da agricultura familiar, bem como das atividades não-agrícolas na perspectiva dos jovens rurais em contextos sociais de estímulos políticos e econômicos reduzidos à essa forma de produção e vida. Desenvolverei uma reflexão, cuja hipótese é que, não obstante a importância dos arranjos institucionais voltados para o setor, eles não descortinam para os jovens agricultores possibilidades plenas de suceder aos seus pais na propriedade familiar. Constando isso estaríamos diante de uma contradição política e social da modernidade cuja prerrogativa fundante

□ Mestrando do programa de pós-graduação em Sociologia – IFCH/Unicamp; Bolsista Fapesp, 2005/2007; membro do CERES – Centro de Estudos Rurais da Unicamp.

é a afirmação e o bem estar social dos indivíduos em parilha com o desenvolvimento das forças produtivas.

Na análise desse processo, privilegiarei as ações do Estado, da família e as perspectivas individuais dos jovens agricultores como universos distintos, mas não desconexos na elaboração das estratégias coletivas e individuais. Isso permitirá compreender também como esses atores percebem e reagem às transformações políticas, sociais, culturais e

econômicas que não determinam exclusivamente, mas influenciam fortemente seu modo de vida social.

2 – IDENTIDADE, QUESTÃO AGRÁRIA E PLURIATIVIDADE: NOVOS E VELHOS TEMAS NA MODERNIDADE

O debate contemporâneo sobre as questões suscitadas pela agricultura familiar no Brasil, entre outras, revela duas questões chaves para a compreensão do verdadeiro estado da arte da dinâmica do meio rural brasileiro. Uma questão se refere à identidade dos sujeitos/atores sociais envolvidos com a atividade agrícola no bojo de processos socioculturais que indicam diversas transformações que perpassam o hábito e pensamento de indivíduos e instituições. A outra diz respeito às estratégias de reprodução social dos pequenos agricultores diante do seu acesso limitado à tecnologia e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura de base familiar.

a) Identidade social dos pequenos agricultores

A primeira questão diz respeito à identidade social dos pequenos agricultores que organizam e desenvolvem suas atividades agrícolas a partir de sua base familiar¹. A indagação que se faz é, quais desses sujei-

¹ Nessa questão de identidade há ainda outra problemática, não menos pertinente, acerca dos grandes produtores rurais fortemente capitalizados. Alguns autores apontam que há uma forte tendência de unificação da burguesia (atuação concomitante de um burguês, ou grupo de burgueses em diversos setores da economia como agropecuária, construção civil, comunicações, etc.) (Miglioli, 1998, pp.35-50). Assim, as questões de identidade não são exclusivas dos pequenos, mas também dos grandes agricultores, posto que a burguesia rural está envolvida

tos, e sob que circunstâncias podem ser identificados como camponeses, no sentido clássico que o termo denota (organização do trabalho, da vida política e social com instrumentos e valores morais destoantes dos padrões capitalistas, como a intensa produção de mercadorias), e quais seriam agricultores familiares no sentido moderno do termo (organização do trabalho com novas tecnologias, mudanças de hábitos, de expressão cultural, constante produção de mercadorias) dispostos a estabelecer fortes vínculos com o mercado e se distanciando, paulatinamente, da sua matriz social, o camponês?

Contudo, essas constatações não podem ser generalizadas, pois nem sempre é fácil de identificar – na prática – quem é camponês e quem é agricultor familiar. Alguns autores (WANDERLEY, 2001) indicam que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês². Há ainda a questão da operacionalidade conceitual

dos termos camponês e agricultor familiar. A idéia é que o termo camponês não dá mais conta de traduzir o modo de vida dos pequenos agricultores na sociedade capitalista moderna que elege o mercado como o principal locus de sociabilidade de seus indivíduos. Assim, o conceito de camponês teria se tornado inoperante, e esse agente social tradicional teria se diluído no caldo da modernidade capitalista.

Essas transformações socioculturais envolvendo os pequenos agricultores sob a dinâmica do capitalismo, em boa medida, já haviam sido postas por autores clássicos como Karl Marx ([1818-1883] 1988) e Karl Kautsky ([1854-1938] 1968). A tese de Marx de que o campesinato desapareceria sob as pressões do desenvolvimento capitalista (tese depois desenvolvida por Kautsky na “Questão Agrária”) carece de revisão. Mesmo nos países economicamente avançados (EUA, França, Espanha, etc.) os pequenos agricultores de base familiar não só resistem

no processo de unificação da burguesia enquanto classe social.

² Ainda sobre essa questão – MARTINS (1983) faz uma discussão riquíssima sobre a formação e atuação do campesinato brasileiro na qual se percebe a diversidade da gênese social desses sujeitos/atores sociais.

como conseguiram construir seu espaço econômico, político e social. Ricardo Abramovay (1998) não os vê como camponeses, mas como agricultores familiares amplamente vinculados ao mercado. É certo que essa constatação não pode ser generalizada. Ao contrário, deve ser relativizada quando o espaço social de análise passa a ser países como o Brasil – cuja questão agrária não foi resolvida – e mesmo em algumas regiões (Alpes) de países como a França, onde o acesso à terra é democrático³. Entre outras coisas, a pertinência do trabalho de Abramovay está em revelar que a agricultura de base familiar se transformou, mas não se extinguiu na sociedade capitalista moderna. Mas se isso sugere a revisão da tese de Marx desenvolvida por Kautsky, sugere também a revisão do modelo analítico de Alexander Chayanov (1974), que previa a persistência da agricultura familiar em sociedades capitalistas e sugeria que a unidade familiar camponesa era refratária às pressões externas, o que é um equívoco.

O que se percebe nos países desenvolvidos ou não é que os agricultores de base familiar reelaboram e assimilam novos valores e costumes culturais que modificam desde seus hábitos alimentares até suas visões de mundo⁴, sem que isso signifique, necessariamente, seu desaparecimento social ou uma efetiva ruptura com a tradição, pois no processo de assimilação de novos valores esses agentes sociais podem resignificá-los a partir de seu *ethos* ou tradição (MARTÍN-BARBERO, 1997). Nessa perspectiva, eles não são refratários às ordens culturais externas ou delas se isolam, mas também não as assimilam passivamente. Ao contrário, interagem com elas mesclando e reelaborando valores tradicionais e modernos para orientar suas ações presentes e futuras. Assim, sua trajetória não pode ser entendida de modo unilinear ou unidimensional, mas numa perspectiva dialética. Os estudos de caso apontam para situa-

³ Para o caso da França, cf. Maria José Carneiro (1996).

⁴ Uma ampla discussão sobre os impactos da modernidade sobre os hábitos e valores culturais tradicionais é encontrada no âmbito dos trabalhos de pesquisadores da chamada Escola de Frankfurt, cujos membros mais proeminentes foram Theodor Adorno, Horkheimer e Walter Benjamin. No Brasil, a exceção dos trabalhos mais atuais sobre o assunto, destacam-se as pesquisas de Antônio Candido (1971) e João Manoel Cardoso de Melo (1987).

ções complexas que, não obstante fogem à regra, não são meras exceções. Especificamente no caso do campesinato – embora a questão ainda não tenha sido esclarecida – as ações governamentais orientadas para o setor os denominam agricultores familiares. Por um lado, essa prática passa a idéia de que todos, ou a maioria deles, está plenamente socializada e integrada ao mercado; por outro, subtrai conteúdo político-ideológico inerente ao significado do termo camponês.

Mas, tanto o agricultor familiar quanto o camponês, se conseguiram melhorias de vida através da participação em seus movimentos sociais rurais, ainda não conseguiram – efetivamente – o seu espaço político e social na sociedade brasileira. Wanderley (1995, pp.37-68) observa que, diferentemente de países como Polônia e França, no Brasil a agricultura familiar ainda se encontra em fase de construção como um projeto político e social de desenvolvimento.

Em síntese, essa primeira questão chama a atenção para a identidade dos pequenos agricultores, mas também para as ações políticas referentes à adoção de modelos agrícolas de desenvolvimento a partir da identidade social dos agentes sociais envolvidos. Tais políticas são elaboradas visando alcançar, principalmente, o agricultor plenamente vinculado – ou em vias de – ao mercado⁵, já que seu principal objetivo é estabelecer um novo paradigma de produção para a agricultura familiar no Brasil.

b) – Estratégias de Reprodução Social dos Pequenos Agricultores em Contextos econômicos e Políticos Adversos à Agricultura Familiar

A segunda questão colocada indica ser baixo o percentual dos agricultores que, efetivamente, se firmaram nos novos padrões de produ-

⁵ Sobre essa questão, cf. LEITE, Sérgio et al. (Orgs.) (2004); CARNEIRO, Maria José (1997, pp. 70-82). Nesse estudo, a antropóloga faz uma reflexão sobre o Pronaf a partir da sua meta central, qual seja, estabelecer um “novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado”; SABBATO, Alberto Di (2000).

ção ancorados nos processos produtivos da modernização tecnológica que melhorou a qualidade e ampliou a produtividade de animais e lavou-

ras sem implicar, necessariamente, na ampliação das áreas de trabalho e contratação de mais trabalhadores. Todavia, contrariando perspectivas teóricas e políticas, esse debate revela que, apesar do caráter marginalizante da modernização, muitos pequenos agricultores reelaboraram e criaram estratégias de produção e reprodução que lhes permitiram a permanência mesmo em áreas onde a monocultura altamente tecnificada e capitalizada é hegemônica.

Além das lutas pela democratização do acesso à terra e das reivindicações por políticas públicas para a agricultura familiar, uma das estratégias utilizadas pelos agricultores é a pluriatividade. A nomenclatura se assemelha mais a um termo técnico (CARNEIRO, 1999), mas ela se configura como desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias inteiras ou seus membros dentro ou fora da propriedade, porém mantendo vínculo de moradia e produção com o campo (SCHNEIDER, 2003).

Alguns autores (LACOMBE, 1984; SACCO, 2003) – refletindo a partir da perspectiva de Karl Kautsky (1968) – concebem a pluriatividade como um processo de desintegração da unidade de produção familiar a partir da individuação dos membros, bem como um processo de proletarização do agricultor familiar, já que este passa a desenvolver outras atividades em caráter de assalariamento noutras propriedades ou áreas urbanas. O assalariamento indica que o agricultor é despojado dos seus próprios meios de produção e elimina o caráter familiar do seu trabalho. O distanciamento espacial, a realização de atividades diferenciadas e a obtenção de rendas individuais concorrerem contra o trabalho coletivo e a indivisibilidade da renda familiar, típica desses agentes sociais, constituindo-se na desintegração da unidade familiar de produção. Por esse raciocínio a pluriatividade se constitui como um dos ardis de espoliação e sujeição que o capitalismo usa para bloquear ou extinguir formas sociais de produção que não aderem plenamente àqueles seus paradigmas⁶.

⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (1986). Assentado no escopo teórico de Karl Marx – O capital – esse autor observa que há processos no capitalismo contraditórios à sua natureza. Ao mesmo tempo em que este modo de produção elimina formas sociais produtivas que se lhe opõem, ele cria mecanismos para que essas formas não se extingam de todo, pois são fonte

Entretanto, outros autores, apoiados nas perspectivas de Alexander Chayanov (1974), compreendem a pluriatividade como sendo uma estratégia para obtenção de rendimentos complementares à renda agrícola viabilizando assim a reprodução social da unidade familiar de produção. Para Maria J. Carneiro (1999) a pluriatividade não conduz necessariamente à desintegração da unidade familiar de produção, pois o seu caráter familiar permite aos membros uma “plasticidade” maior na organização do trabalho interno e utilização de rendas auferidas fora da agricultura.

Moreira (1999) aponta que a investigação das unidades familiares de produção deve considerar dois aspectos: as relações entre os indivíduos e os valores que dão sentido a elas. O pressuposto é que, como toda relação social, “as relações familiares (seja na esfera do parentesco, seja na esfera da produção) incluem uma parte ideal do pensamento ou de representação que informa as atitudes e comportamentos” (MOREIRA, 1999, p. 102). Comportamentos e valores que refletem uma “tradição [...] acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis” (CARNEIRO, 1999, p. 329). Desse modo, a desintegração do grupo familiar se constitui como desdobramento possível e não como fatalidade da pluriatividade.

Todavia, a análise sociológica não pode passar ao largo dos crescentes percentuais de agricultores – sobretudo jovens que têm se ocupado com atividades não-agrícolas e usam o campo mais como local de moradia e menos como local de trabalho. Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Sérgio Schneider (2003) aponta que as pessoas ocupadas com atividades agrícolas e não-agrícolas se concentram nos grupos que têm entre 35 e 59, ou ainda entre 11 e 18 anos. Sérgio Leite et al (2004), avaliando o impacto dos assentamentos rurais em diversas regiões do Brasil, indicam que mais de 60% das pessoas responsáveis pelos lotes de terra têm entre 20 e 49 anos; mais de 40% das famílias têm só filhos menores de 14 anos, e cerca de 20% têm filhos menores e

de acumulação primitiva para os grandes capitalistas.

maiores de 14 anos. Um aspecto comum às duas pesquisas é que, em geral, entre a população ocupada são os membros de menor faixa etária os que mais se tornam pluriativos.

Nesse sentido, a despeito de ser pouco analisada, a propensão dos jovens rurais à pluriatividade não é fato isolado espacialmente, mas um fenômeno constatado em diversas regiões brasileiras bem como em diversos países considerados desenvolvidos como Espanha, EUA, França, etc.

(Carneiro, 1996; 1998); Abramovay (1998). No entanto, nesses países os altos índices de pluriatividade são explicados mais pelo tamanho pequeno das propriedades, que não comportariam toda a mão-de-obra familiar apta ao trabalho, e menos por falta de políticas públicas para o setor. No Brasil, diferentemente, a pluriatividade tem sido explicada tanto pela pouca terra disponível aos pequenos agricultores, quanto pela “timidez” e escassez de políticas voltadas para a agricultura de base familiar. Vejamos suas implicações para os agricultores do município de Araraquara-SP.

3 – ESPAÇOS, ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E OS AGENTES SOCIAIS

No município de Araraquara-SP, onde tenho desenvolvido pesquisa de campo, há três assentamentos rurais (Bela Vista, Bueno de Andrada e Monte Alegre⁷) e alguns bairros rurais como Machados, Cabeceira do Boi, Rosa Martins etc. A população desses espaços é bastante diversificada quanto à faixa etária. Todavia, há uma forte concentração de chefes de família nas faixas etárias de 41 a 50, 51 a 60 e, sobretudo, de 61 a 80 anos. Vejamos a Tabela 1.

⁷ Esse último assentamento ocupa terras de três municípios: Araraquara, Monte Alegre e Motuca.

Tabela 1: Idade dos agricultores chefes de família por faixa etária (%)

Faixa etária	20 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 80	Mais de 80	Total
Agricultores	5,8	11,7	23,1	23,7	33,8	1,9	100

Fonte: Trabalho de campo

No conjunto da amostra (308 famílias) 95% das pessoas que se identificaram como chefes de família são do sexo masculino o que, a priori, revela a preponderância masculina nessa questão de gênero seja porque as mulheres não conseguem chegar ao posto de chefe de família, ou exercem essa função mas não são reconhecidas como tal. Outro dado que a Tabela 1 mostra é que poucos são os agricultores com até 40 anos que se identificaram como chefes. Entre os jovens, o percentual é mais baixo ainda. Isso pode ser explicado a partir de duas constatações: a) está em curso um envelhecimento da população rural; b) é cada vez maior o celibato masculino nas áreas rurais, tendo em vista o crescente êxodo rural de jovens do sexo feminino em busca de trabalho e outro modo de vida na cidade. Entre outras coisas, esses dois fatores sugerem que os jovens, principalmente mulheres, têm buscado alternativas fora da agricultura. Já os homens, embora permaneçam no campo, têm dificuldade de constituir matrimônios devido à falta de mulheres.

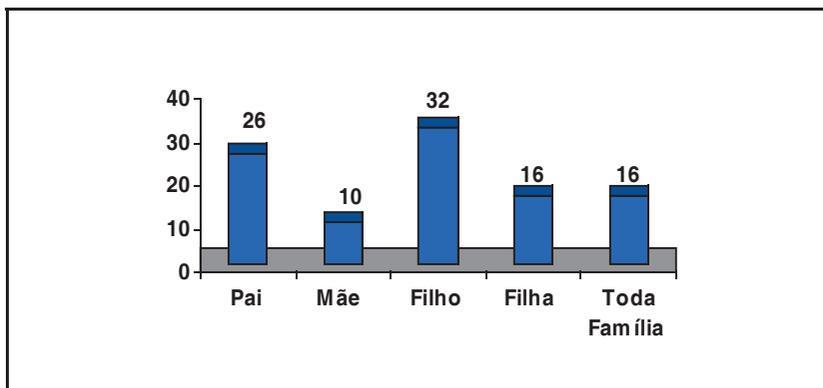
Certamente que as cidades têm poderosas fontes de atração (perspectivas de trabalho, educação, lazer, saúde) para essa população rural jovem, mas a carência de financiamentos para a agricultura familiar também se constitui como um forte estimulante para o êxodo rural desse segmento populacional. Vejamos na Tabela 2 o percentual de famílias com acesso a financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Tabela 2: Financiamento e atividades financiadas (%)

	Acesso a financiamento		Atividades financiadas	
	Sim	Não	Agrícola	Não-agrícola
Famílias	33,0	67,0	94,0	6,0
Total	100%		33%	

Fonte: Trabalho de campo

A grande maioria que não tem financiamento, 67% das famílias, alegou que não o conseguiu devido à situação de inadimplência por não ter conseguido quitar empréstimos anteriores ou porque não conseguiu elaborar um projeto de produção e apresentá-lo ao banco solicitando os recursos do Pronaf. A falta de financiamento tem feito com que muitos agricultores, principalmente jovens, exerçam a pluriatividade como uma estratégia de obtenção de recursos para investimento na alimentação e na atividade agrícola. 75% das 308 famílias entrevistadas são pluriativas. Tanto nos assentamentos, quanto nos bairros rurais há muitos jovens buscando alternativas de vida fora da agricultura, ou estratégias de atuação que viabilizem sua permanência no campo num contexto socioeconômico adverso à agricultura familiar e no qual sua condição pluriativa se destaca. Desse modo, os membros familiares que mais desenvolvem a pluriatividade são os filhos. Vejamos o Gráfico 1.

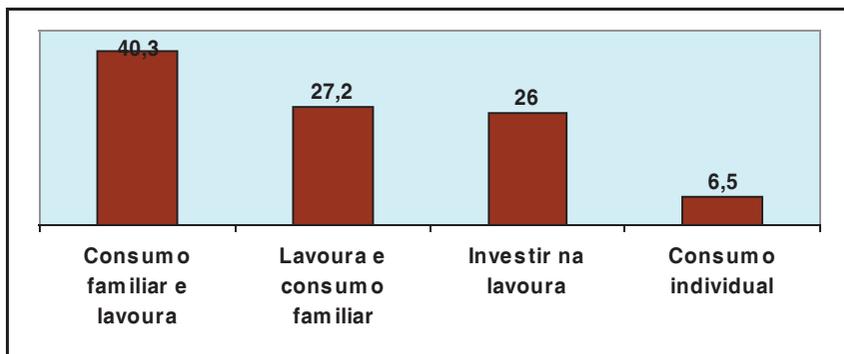
Gráfico 1 - Membros pluriativos nas famílias (%)

Fonte: Trabalho de Campo

A maior intensidade da pluriatividade entre os filhos do que nos pais aponta para uma série de questões, entre elas, a possibilidade de um novo projeto de vida fora da agricultura ou um projeto alternativo concomitante à agricultura. Para o curto prazo, os jovens falam em projeto alternativo concomitante à agricultura, entretanto não vislumbram projetos futuros para a agricultura familiar devido às dificuldades de obtenção de financiamento e pobreza que os pais sempre tiveram.

Entre os pais e filhos pluriativos, 78% deles desenvolvem as atividades não-agrícolas fora da propriedade. O Gráfico 2 informa que a necessidade de complementar a renda familiar e/ou o investimento na lavoura é um dos fatores que levam os produtores a buscarem alternativas fora da agricultura, mas concomitante a ela. O principal destino da renda obtida com as atividades não-agrícolas é o consumo familiar (alimentos, vestuário, eletrodomésticos) e o investimento na lavoura (compra de sementes, defensivos agrícolas, pequenos animais, contratação de trabalhadores temporários, etc). A renda não-agrícola, em geral, é canalizada para a realização de projetos coletivos. São poucos os agricultores que a utilizam na execução de projetos individuais.

Gráfico 2 – Destino da renda das atividades não-agrícolas (%)



Fonte: Trabalho de campo

É interessante destacar que se considerarmos o universo total (233 ou 75%) dos produtores pluriativos veremos que 94,4% deles destinam a

renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar e o investimento nas lavouras. Isso reflete a tentativa de suprir suas necessidades domésticas, bem como a dificuldade de obtenção de crédito agrícola. Vale ressaltar também outro dado: 43,6% dos produtores que usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar têm propriedades com até 20 ha.

Parte do dinheiro enviado pelos jovens aos pais para investimento na atividade agrícola, em certos casos, é usado para a contratação de trabalhadores com pagamento em dinheiro e/ou em espécie. Vejamos a Tabela 3.

Tabela 3: Tipo e uso da mão-de-obra na propriedade

Mão-de-obra	Familiar				Assalariada permanente					Assalariada temporária				
	1	2a4	5a7	+ de 7	0	1	2	3	4 ou +	0	1	2	3	4 ou +
<i>MEMBROS</i>														
Propriedades (%)	8	72	18	2	77,4	16	5	1	0,6	62	23	9	3	3
Total	(100)				(100)					(100)				

Fonte: Trabalho de campo

A contratação de membros externos à unidade de produção é o modo pelo qual a família repõe a mão-de-obra dos filhos que migraram, ou ainda para substituir a força de trabalho dos pais com idade avançada. Isso contribui para que a propriedade não se torne apenas local de moradia e lazer devido à falta de braços aptos ao trabalho. Várias famílias – cujos filhos realizam migração pendular – contratam informalmente trabalhadores do próprio bairro rural ou do assentamento para auxiliarem na execução de atividades como preparo da terra para plantio, aplicação de herbicidas, colheita, cuidar de granjas, hortas etc. Essas contratações não são perenes ao longo do ano. São mais frequentes e intensas nos períodos de preparação da terra para plantio e de colheita. Nos poucos casos de contratos perenes ao longo do ano, as atividades desenvolvidas eram granja (criação de aves para abastecimento de frigoríficos) e turismo rural. Mas, apenas os proprietários que desenvolvem turismo rural informaram que usam parte do dinheiro enviado pelos filhos para pagamento de trabalhadores contratados na propriedade.

Os jovens filhos de agricultores que se dirigem aos centros urbanos para trabalharem como assalariados – a despeito de contribuir com parte do seu salário para a reprodução social da condição de agricultores de seus pais e desejarem sucederem na propriedade - ainda não têm projetos de construir vínculos produtivos com a terra no futuro. Diante das dificuldades socioeconômicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, eles vislumbram o campo mais como local de moradia e cada vez menos como local de trabalho. Em que pese esse comportamento dos filhos, a grande maioria dos pais (perto de 95%) declarou que não vendem suas propriedades por nenhum motivo. Caso nenhum dos filhos optasse por sucederem na atividade agrícola, a propriedade ainda assim seria mantida para a recreação semanal dos filhos e netos. Vejamos as Tabelas 4 e 5, respectivamente, que nos informam sobre os locais de moradia, comunicação e informação dos agricultores.

Tabela 4: Local de moradia e tipo de construção

Famílias (%)	Local de moradia			Tipo de construção			Número de cômodos na habitação				Privada	
	campo	cidade	cidade/campo	alvenaria	madeira	barro	1a3	3 a 5	5a10	+ de 10	Água encanada	Sem água encanada
	46,5	0,0	53,5	99,4	0,6	0,0	32,8	19,5	43,5	4,2	99,7	0,3
Total	100			100			100				100	

Fonte: Trabalho de campo

Embora seja significativo o percentual de famílias que mantêm a moradia no campo (46,5), a maioria possui uma residência no campo e outra na cidade, sendo que a da área urbana é mais utilizada pelos jovens que aí vão estudar e/ou trabalhar retornando ao campo nos finais de semana e/ou feriados, durante os quais ajudam os pais nas lidas com a agropecuária. A Tabela 5 mostra que é significativo o uso de eletrodomésticos e meios de comunicação, como telefone, na região estudada. De igual modo, a grande maioria acompanha o noticiário sobre o meio rural – ainda que de vez em quando.

Tabela5: Comunicação e informação

	Eletrodomésticos			Acompanha regularmente o noticiário sobre o meio rural		
	TV e rádio	TV, rádio e telefone	TV, rádio, telefone e computador	Sim	De vez em quando	não
famílias (%)	18,5	76,5	5,0	52,0	42,0	6,0
Total	100			100		

Fonte: Trabalho de campo

Em síntese, os dados mostram que – embora as condições sejam adversas – os agricultores, inclusive os jovens do sexo masculino, têm desejo e se esforçam para permanecer no campo. A pluriatividade, *a priori*, tem se constituído como a principal estratégia nesse processo, por um lado; por outro, ela também expressa a fragilidade desses agricultores, na medida em que as rendas auferidas fora da atividade agrícola são canalizadas para o consumo familiar. Isso demonstra que o modelo de desenvolvimento agrícola adotado não é capaz de viabilizar sua sobrevivência no campo, o que leva os jovens a buscar alternativas na cidade deixando suspensos os projetos futuros de reprodução social na agricultura familiar.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os desafios postos à permanência da agricultura familiar nessa sociedade moderna, além da democratização do acesso às novas tecnologias e o desenvolvimento sustentável, está a problemática de se criar perspectivas de melhores condições de trabalho e vida para jovens agricultores que sempre esperam viver mais e melhor do que seus pais. Contudo, trabalhar na cidade e/ou contextos de pluriatividade aparecem como principal alternativa fora da agricultura. Não obstante, vale ressaltar que a migração para a cidade não significa, necessariamente, uma ruptura fatal com os valores morais e solidariedade entre os jovens e seus familiares que permaneceram no campo, ou ainda o completo abandono – por parte dos jovens – das atividades agropecuárias em seus locais de origem. Este aspecto confere à agricultura familiar um caráter multiespacial e multitemporal (MARTINS, 2001). Ou seja, sua organização não ocorre em um único espaço, tampouco numa só perspectiva de tempo. Há trabalhadores migrantes que do seu local de destino participam na produção agrícola da família no seu local de origem. Noutros casos, há trabalhadores migrantes que, mesmo trabalhando em indústrias ou servi-

ços urbanos, sempre esperam poder voltar – não necessariamente para seu local de origem, mas para o trabalho na lavoura⁸.

Todavia, a agricultura familiar carece de projetos que lhe viabilizem sustentação política e social. Assim, no aspecto político, um eixo central seria a reflexão sobre a elaboração de um projeto de desenvolvimento para o país que contemplasse – entre outras coisas – a agricultura familiar como uma forma social de produção e, nela, os jovens rurais, como agentes sociais fundamentais no processo de produção e reprodução de médio e longo prazo. Ou seja, considerar a agricultura de base familiar como um dos componentes fundantes no projeto de nação. No aspecto social, os agricultores precisam ser reconhecidos não como apêndices, mas como agentes sociais chave do setor produtivo, sobretudo, se tivermos em conta que sua produção atende às demandas do mercado interno e suas técnicas são mais condizentes às propostas de agroecologia.

Sobre a pluriatividade, se a entendermos como uma das estratégias de produção e reprodução social das unidades de produção familiar e, além disso, considerarmos que são os jovens agricultores ou os membros que têm até 49 anos os que mais se tornam pluriativos, cabe problematizar as políticas públicas voltadas para o setor e sua real contribuição à consolidação da agricultura familiar. Será que os jovens buscariam firmar estratégias de atuação como a pluriatividade visando superar as dificuldades

técnicas, econômicas e sociais e se reproduzirem socialmente como agricultores familiares? Este é mais um desafio a ser refletido e superado como questão social, se é objetivo reconhecer – política e socialmente – a agricultura familiar e seus agentes nos processos sociais modernos.

Diante desses processos, que sugerem a formação de novas identidades, continuaria a família a informar certas regras de conduta e ação que elessem a reprodução social do grupo como unidade familiar de

⁸ Sobre essas estratégias cf. ainda SILVA, Maria. A. Moraes. In: MARTINS, J. S. (Org.) (2003).

produção? Ou será que os membros mais jovens – ao almejarem condições de trabalho e vida melhores que a de seus pais – seriam refratários a essa tradição por não vislumbrarem na atividade agrícola utopias ou condições efetivas para a realização de seus projetos? Se a família continua a informar ou determinar comportamentos e atitudes, esta, por um lado, é uma ação contraditória frente à crescente individualização do sujeito e afirmação da liberdade enquanto um dos valores mais significativos da sociedade contemporânea ou da modernidade (CASTELLS, 2001). Por outro lado, a permanência da família como instituição que lega ou determina a seus membros valores morais e culturais em contextos de afirmação de liberdade individual indica que pode estar em processo a formação de novas identidades, sobretudo no segmento jovem da população. Este segmento – a despeito de demandar novas reflexões e ações na organização do trabalho e reelaboração dos espaços – é acionado por e aciona os valores e símbolos formatados na experiência tradicional de seus pais e os ressignifica à luz dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais modernos com objetivo não apenas de se reproduzirem socialmente mas, também, de dialogar com valores culturais contemporâneos e a partir disso conquistar ou manter seu espaço social.

Assim, estimular ou criar lugares para esses sujeitos no campo é um desafio que deve ultrapassar de longe meros rearranjos ocasionais e circunstanciais. Na verdade, trata-se de uma questão sócio-estrutural que pode ter como ponto de partida a afirmação da alteridade jovem, mas que – certamente – enlaça também no seu horizonte a permanência da agricultura familiar como forma social de produção dentro de um projeto de desenvolvimento para o país, se quiser, dentro de um projeto de nação.

Nesse sentido, o desafio se redimensiona para maior, posto que só recentemente em nossa história, salvo exceções, como os respectivos trabalhos de Maria S. Carvalho Franco, Maria Ieda Linhares⁹, etc., a agricultura familiar foi reconhecida não como apêndice, mas como forma social

⁹ FRANCO, Maria S. de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997; LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pequena história da Agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

de produção tão pertinente quanto a agricultura empresarial dentro do pensamento político-social brasileiro. Até então, era uma questão social e politicamente escamoteada, sobretudo pelo patronato agrário, como sinônimo de atraso.

A compreensão e o esclarecimento dos processos que estimulam a formação dessas identidades e da ação desses agentes sociais pode colaborar para instrumentalizar políticas públicas sustentáveis para o setor. Assim, o tema 'jovens rurais e agricultura' se vincula às questões da organização do trabalho e da produção internacionalizados, tendo como novo paradigma a ser alcançado o uso sustentável dos recursos naturais; a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade a partir da valorização de identidades locais e formas sociais de produção diversificadas em relação ao padrão capitalista. Desse modo, poderia-se ampliar o alcance e a eficiência das políticas públicas para a agricultura familiar a partir da compreensão da organização do trabalho nas unidades familiares de produção pluriativas ou não. A pluriatividade não pode ser entendida – exclusivamente – como plataforma de ampliação da renda dessas famílias, mas como um fenômeno social que pode apontar para sua reprodução social, bem como revelar sua extrema fragilidade, na medida em que a atividade agrícola só é viável mediante constantes períodos de proletarianização condicionantes da permanência dos agricultores, principalmente os jovens, no campo. Ademais, todos esses eventos, inclusive certos contextos de pluriatividade, estão intimamente ligados à irresolução da questão agrária brasileira. Se um dos emblemas da modernidade é a vida digna, a liberdade de expressão e a democracia, então o desafio maior é democratizar o acesso aos meios de produção cultural e material, entre eles, a educação e a terra.

ABSTRACT: The Contemporary debate in Brazil about familiar agriculture shows us that rural workers redefine and generate alternatives to the productivist model creating strategies of production and social reproduction. One of these strategies is the pluriactivity. Yet, in this context, young people living hostile social contexts to the familiar agriculture do not have many alternatives to remain (living ou inhabiting) and working in the countryside. This work analyses if this familiar agriculture is possible, in pluriactivity and modernity contexts, according to the point of view of rural young people.

Key words: familiar agriculture, pluriactivity, rural youth, modernity.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Campinas: Hucitec, Ed. Unicamp, 1998.

_____. et. al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. FAO/INCRA, EPAGRI, CPPP, Chapecó/Brasília, 1997.

ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. Pp.112-121. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, J. R.; BRUNO, R. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

_____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (Orgs.) *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.

- _____. Pluriatividade no campo: o caso francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, out. /1996.
- _____. Ruralidades: novas identidades em construção. Rio de Janeiro, *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº11, out/1998.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FABRINE, J. E. *A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra*. Cascavel-PR: Edunioeste, 2003.
- GARCIA Jr. Afrânio Raul. GARCIA Jr., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UNB/MCT, 1989
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LACOMBE, Philippe. *La Pluriactivité et L'évolution des Exploitations Agricoles*. In: Association Ruraliste Française. *La Pluriactivité dans les Familles Agricoles*. Paris: ARF; 1.984.
- LEITE, S. et al. *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. (Estudos NEAD, n. 6).
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997
- MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARTINS, J.S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL, COM ÊNFASE NO AGRÍCOLA E NO RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI, 2001, Santiago do Chile. *Anais....*Santiago do Chile: FAO, 2001.
- MELLO, J.M.C de; NOVAES, F.A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAES, F.A. (Org.) *História da vida privada no Brasil:*

- contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- MENEZES, M. Ap. de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará; João Pessoa-PB: UFPB, 2002.
- MIGLIOLI, J.L. Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes. *Crítica Marxista*. Campinas-SP, n. 6, jan/jun de 1998, p. 35-50.
- MOREIRA, R. J. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: RFRJ/CPDA – REDCAPA-MAUAD, 1999.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PEREIRA, J. C, A.; FERREIRA, D. A. O. *O potencial das atividades agrícolas e não agrícolas em pequenas propriedades rurais no município de Araraquara-SP*. Relatório final de pesquisa – FAPESP. Araraquara, 2004.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. *Relatórios 2003-2004*. São Paulo, 2004.
- SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. (Série Pesquisas, 1).
- SILVA, M. A. M. Assentamento Bela vista: a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Travessias*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 25, n. 2/3, p.37-68, 1995.
- _____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. P. 21-55. In: João Carlos Tedesco (Org.). *A agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3ª ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

WEISCHEIMER, N. *Juventudes rurais*: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos Nead, 7)